



Aos

Exmo Sr. Luís Inácio Lula da Silva

Presidente eleito 2023-2026

Exmo Sr. Geraldo Alckmin

Coordenador Geral da Equipe de Transição

Vice-presidente eleito 2023-2026

ASSUNTO: Solicitação para melhoria da representatividade, participação e colaboração das associações científicas e movimentos sociais na equipe de transição e no Governo da Frente Ampla

Prezados Senhores,

Desde 2016, com o Golpe contra a Presidenta Dilma Roussef, a democracia brasileira vem sendo enfraquecida, suas instituições ameaçadas, disseminando-se práticas autoritárias e de desrespeito às diversidades e diferenças que tornam rica a sociedade brasileira. Como parte desse processo, houve o enfraquecimento da Administração Pública e o sucateamento ou extinção de nossas principais políticas públicas. O quadro atual é ainda marcado pelo negacionismo contra a ciência e pela asfixia das instituições públicas de ciência e tecnologia, com implicações gravíssimas especialmente durante a pandemia; pela legitimação governamental do patriarcado, do machismo, do elitismo e de privilégios da branquitude, o que acaba estimulando todos os tipos de preconceito, opressão e discriminação; e conduz ao aumento exponencial das desigualdades sociais e raciais, e à ascensão da pobreza, da fome e da desproteção social.

Desamparada pelo Estado, a parte progressista da sociedade civil foi se reinventando, mobilizando-se, criando novas institucionalidades e redes para reagir a esse cenário.

O povo preto, pobre, periférico, as mulheres (especialmente as mulheres negras), as juventudes, os (as) LGBTQIA+ e indígenas, as pessoas com deficiência, nordestinas/es/os e nortistas/es estão entre os mais fortemente atingidos pelo desmonte dos mecanismos estatais de proteção social. São sobretudo estes os segmentos que compõem a nova cara da sociedade civil. Os movimentos sociais - partidários ou não -, redes e novas mobilizações sociais resistiram ao desmonte em curso e declararam explicitamente seu apoio ao Presidente Lula, tendo lutado por cada voto e enfrentado o bolsonarismo em cada canto desse país. Ao lado desses movimentos, outros segmentos progressistas da sociedade civil - como ONGs, entidades de *advocacy* e associações empresariais - posicionaram-se, desde as primeiras ameaças à democracia, contra o desmonte de políticas de inclusão e proteção social, contra o negacionismo na saúde, na cultura e na área ambiental e contra todas as formas de discriminação. Parte expressiva da comunidade científica se posicionou por meio de suas entidades a favor da eleição do presidente Lula, na defesa da recuperação do país e da reconstrução de suas instituições e políticas públicas. Uma grande mobilização dessas redes foi fundamental para o resultado das eleições.

É patente o quanto esses grupos - em especial os mais atingidos pelo aprofundamento das desigualdades - colaboraram para que se vencesse a primeira etapa da luta pela salvação do Brasil com a eleição do presidente Lula! É preciso que essa colaboração continue e que o reconhecimento da contribuição desses segmentos se traduza na abertura de espaços para sua participação nas próximas etapas. São impostos os desafios de juntas/as/os vencermos o bolsonarismo, elegermos representantes do campo democrático nas eleições municipais daqui a dois anos e colaborarmos para um bom governo que reconstrua o Estado, diante das condições precárias em que estamos. Reconstruir o Brasil numa frente realmente ampla que inclua diversos corpos, intelectos, vozes, institucionalidades, argumentações, ideias para análises dos problemas públicos e (re)construção da Administração e de Políticas Públicas orientadas para a redução das desigualdades é a premissa básica que esperamos do novo Governo Lula, que elegemos a partir do *ethos* republicano e da força da democracia.

Entendemos que é preciso transversalizar o debate sobre equidade racial, de gênero e de outras diversidades, sendo estas fundamentais para diagnósticos e desenho de políticas públicas de proteção social, de desenvolvimento econômico e fortalecimento das capacidades estatais. É preciso chegar nos territórios, nas diversas regiões do Brasil, em um processo de educação política, recuperando o sentido da cidadania, da democracia e de governo republicano.

Entre algumas das institucionalidades que compõem a nova face da sociedade civil integrada à ação estatal, destacamos:

- **Frente Ampla do Campo de Públicas pela Democracia, por um Estado Republicano e por Políticas Públicas de Inclusão e Combate às Desigualdades:** Formada inicialmente por 05 instituições e 289 ativistas do movimento Campo de Públicas que congrega professores/as, pesquisadores/as, estudantes e profissionais egressos/as dos cursos brasileiros de graduação e pós-graduação em Administração Pública, Gestão Pública, Políticas Públicas, Gestão de Políticas Públicas, Gestão Social e congêneres. A Frente foi criada e seus objetivos traçados a partir do manifesto de apoio à eleição do Presidente Lula que pode ser acessado em: em: <https://anepecp.org.br/conteudo/ManifestoFrenteAmplaCampodePublicas.pdf>. As instituições que compõe inicialmente a Frente são: **Associação Nacional de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campo de Públicas (ANEPECP)** (www.anepecp.org.br), **Rede de Pesquisadores/as em Gestão Social (RGS)**, **Federação Nacional dos Estudantes do Campo de Públicas (FENECAP)** (www.fenecap.com.br), **Pró-pública Brasil** (<https://propublicabrasil.org.br>), **Anpad – Divisão de Administração Pública** (<https://anpad.org.br/divisooes-academicas-e-temas-de-interesse/>). Também compõe essa rede a **Sociedade Brasileira de Administração Pública – SBAP** (<https://sbap.org.br/>). A rede interinstitucional que configura o Campo de Públicas atua na formação de nível superior (graduação e pós graduação) de gestores/as públicos, sociais e de políticas públicas, bem como no desenvolvimento de estudos e pesquisas qualificados, produção de eventos científicos nacionais e de periódicos especializados sobre diferentes temas da Administração Pública, Gestão Pública, Gestão Social e Políticas Públicas. O Campo de Públicas atua na formação de mais de 500 cursos de nível superior e mais de 300 pós-graduações, impulsionadas inclusive por políticas dos governos do PT, como o REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, gerando a melhoria da profissionalização da Administração Pública, com profissionais formados e capacitados, com competências tecnopolíticas para atuar, principalmente, no combate às desigualdades sociais, fortalecimento das capacidades estatais e inteligência pública, conhecimento especializado em planejamento e orçamento público, promoção do desenvolvimento sustentável, entre outras necessidades de um Estado forte. O conjunto de suas instituições aqui apresentadas e seus membros possuem reconhecimento nacional e internacional. Estas são representantes legítimas do Campo de Públicas nos processos de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas perante o Conselho Nacional, INEP, CAPES, CNPq, entre outros órgãos públicos.

- **Rede Brasileira de Mulheres Cientistas (RBMC):** foi constituída em 2020, no contexto da pandemia, agregando cerca de quatro mil mulheres cientistas, de todos os estados do país, atuantes nas mais diversas áreas do conhecimento. Nesses dois anos, a Rede contribuiu para o debate público, oferecendo conhecimento técnico, sob a forma de cartilhas, notas técnicas e protocolos, para ampliar a capacidade de resposta do setor público; sistematizou e difundiu experiências exitosas de resposta à pandemia, sobretudo as periféricas, tanto de auto-organização de comunidades (por exemplo, o “Mães da Favela” da CUFA, Central Única de

Favelas), o “Pandemia e Controle Social” da Rede de Mulheres Negras do Paraná, e a Campanha “Ajude os povos indígenas do Médio Solimões e afluentes”, iniciativa da Rede de Mulheres Indígenas do Solimões e Afluentes), de governos e órgãos públicos (por exemplo, o programa “Guarda Amigo da Mulher”, de Campinas, o “Programa de Apoio ao Emprego (PAE)” da prefeitura de Maricá, e o “Chame a Frida”, de combate à violência contra a mulher, da Polícia Civil de Minas Gerais), e ainda de universidades e instituições de pesquisa (como o “Repositório CGRT-BRFED USP de monitoramento de iniciativas de enfrentamento da COVID-19, e o Programa “Manas Digitais” da UFPA que objetiva despertar o interesse de meninas, estudantes do ensino fundamental, para a área de Tecnologia da Informação). A RBMC constituiu ainda um Banco de Pesquisadoras, permitindo o acesso ao perfil das pesquisadoras brasileiras em diversas áreas do conhecimento; um grupo na área de STEAM, que reúne pesquisadoras das áreas de exatas, e ampliou o debate sobre os efeitos da pandemia sobretudo sobre as mulheres, desenvolvendo ações de *advocacy* e de produção de dados e informações principalmente em torno de seis grandes temas: Saúde; Violência; Educação; Assistência social e Segurança alimentar; Trabalho e emprego; Moradia e Mobilidade. Mais informações: <https://mulherescientistas.org/>

- **Ação Brasileira de Combate às Desigualdades (ABCD):** A ABCD é uma rede de ativistas, coletivos, movimentos sociais, culturais e religiosos, povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, acadêmicas/os, articulações setoriais e organizações da sociedade civil comprometida com a redução das diversas desigualdades brasileiras: racial, de gênero, de renda, territorial, social, ambiental, política e de acesso e expressão cultural. Não se trata de uma nova organização, e sim de uma articulação da sociedade civil para diminuir a fragmentação e a dispersão dos que lutam para reduzir as desigualdades no Brasil. Os propósitos da ABCD são transformar a redução das desigualdades em prioridade nacional, tanto nas ações dos governos quanto nas dos legislativos, do Judiciário, das organizações da sociedade civil, dos movimentos, das empresas e das cidadãs e cidadãos brasileiros; e atuar na construção de um Brasil mais justo e equitativo, que combata as desigualdades em suas mais diversas facetas a partir de uma articulação ampla com atores e atrizes sociais diversos, nos âmbitos local, estadual, regional e nacional. Atualmente fazem parte da ABCD 50 instituições da sociedade civil, institutos de pesquisa e *advocacy*, de movimentos sociais, revelando uma potência de vozes voltadas para o enfrentamento das desigualdades sociais. Mais informações: <https://www.abcdbr.org/>

- **Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade – ANPPAS:** congrega os programas e instituições brasileiras que desenvolvam atividades de pesquisa e/ou formação *strictu sensu* de pessoal especializado em nível de pós-graduação de caráter interdisciplinar que focalizem a interação Ambiente e Sociedade em suas múltiplas dimensões. Tem como objetivos incentivar academicamente o estudo, o ensino e a pesquisa de caráter

interdisciplinar no âmbito de Ambiente e Sociedade nas suas múltiplas dimensões, promover e incentivar academicamente atividades voltadas ao diálogo e à interação entre diferentes campos do saber permitindo tratar problemas multidimensionais de forma interdisciplinar, promover reuniões científicas, objetivando o intercâmbio de informações entre seus associados e os de associações similares brasileiras, estrangeiras ou internacionais, promover a divulgação de estudos em Ambiente e Sociedade, promovendo publicações, concursos e premiações. Mais informações: <https://anppas.org.br/>

- **Rede Brasileira de Renda Básica (RBRB):** é uma associação de direito privado, criada em 2019 e que tem como missão disseminar a ideia da Distribuição de Renda no Brasil e incentivar os órgãos de governo e a iniciativa privada a seguir o caminho para a implantação, para que todos consigam a verdadeira liberdade (do sistema capitalista), e como consequência, alcançar o fim das fronteiras e a paz mundial. A RBRB tem como objetivo produzir pesquisas, promover disseminação de conhecimento e experiências e promoção do debate público para a implementação da Renda Básica no Brasil; além de fornecer apoio a projetos desenvolvidos sobre o tema, promovendo intercâmbios com outras redes nacionais e internacionais. A Rede reúne professores, pesquisadores, ativistas sociais, voluntários, entusiastas e cidadãos que conseguem perceber que a Renda Básica é atualmente a maneira mais viável de alcançar a justiça social através da distribuição de renda menos desigual e evitar o colapso do mercado de consumo, amenizando as consequências da 4ª revolução industrial. Mais informações: <https://rendabasica.com.br/>

Considerando:

- a importância da participação cidadã, da ampliação da representatividade dos diversos segmentos sociais em suas diferenças, e a relevância da abertura de espaços de incidência política assim como da capilaridade territorial;
- a potencialidade das contribuições da sociedade civil para a gestão pública e a defesa da democracia e a disposição para colaborar com o processo de construção coletiva do Governo da Frente Ampla (2023-2026);
- que nossas instituições são diversas em termos de raça, gênero e região, e que temos especialistas, pesquisadoras/es, ativistas, militantes e intelectuais que vivenciam intensamente seus territórios com capacidade para colaborar com diferentes pautas da Administração Pública e das Políticas Públicas;
- que é necessário fortalecer a mobilização das nossas redes, mantê-las vivas, atuantes, para atuar de forma inteligente, coordenada e estratégica para eleições de prefeitos e vereadores, retomando pautas de educação política;

As instituições aqui signatárias solicitam:

- a) A inserção de representantes das instituições aqui mencionadas no Conselho Social de Transição em áreas estratégicas do governo: 1) Saúde; 2) Desenvolvimento Social e Combate a Fome; 3) Ciência e Tecnologia; 4) Economia; 5) Cidades; 6) Desenvolvimento Regional; 7) Planejamento, Orçamento e Gestão; 8) Indústria, Comércio e Serviços; 9) Trabalho; 10) Transparência, Controle e Integridade, 11) Igualdade racial; 12) Igualdade de gênero, numa perspectiva interseccional.
- b) Que sejam criados mecanismos de escuta qualificada, que podem se materializar por meio da formalização de comissões regionais, por área, a critério destas, para escutar especialistas, ativistas, usuários de políticas públicas nos Estados e/ou Regiões, de modo que possam subsidiar os processos de diagnóstico e planejamento das pastas. Propomos ao Gabinete de Transição Presidencial e aos 31 Grupos Técnicos dele derivados, a conformação de Comitês Regionais de Pesquisa sediados em universidades públicas brasileiras e com o objetivo de acompanhar e debater as deliberações e atividades dos GTs. É objetivo precípuo dos Comitês Regionais de Pesquisa pôr em diálogo as pessoas participantes dos GTs e as pessoas estudantes de programas de pós-graduação brasileiros, cuidando de garantir que os marcadores sociais da diferença — que são como lugares sociais para onde somos manobradas todas as pessoas ora em razão do gênero, ora da raça e ora classe, especialmente — vejam-se bem contemplados pelas resoluções técnicas futuras. Dizemos “bem contemplados” os diferentes agrupamentos humanos porque não se trata, apenas, de garantir a presença de “mulheres” ou “mulheres negras” ou “mulheres indígenas” ou demais possibilidades combinatórias, mas atentar para o fato de que “mulheres negras quilombolas” e “mulheres ribeirinhas”, por exemplo, estão submetidas a realidades socioeconômicas que poderiam ser chamadas “outras realidades cosmológicas”, sobretudo quando consideradas suas particularidades, bem como suas demandas. Cumpre sublinhar a importância, e isso também para os centros de pesquisa territorialmente inscritos no Sul e Sudeste do país, de escutarmos as proposições formuladas por pessoas pesquisadoras do Norte e Nordeste brasileiros, expandindo seu campo dialógico e, de modo consequente, sua possibilidade de formulação de cronogramas para a liberdade. Importante considerar a necessidade desses Comitês Regionais de Pesquisa estejam também alocados em universidades como a UNILA (Universidade Federal da Integração Latino-Americana), o colegiado da UNIPAITER (Universidade Paiter Suruí), Universidade Livre Feminista e demais que me fogem do radar por desconhecimento.

Certas/es/os do atendimento de nosso legítimo pleito, ficamos à disposição para dialogar e seguirmos juntas/es/os colaborando, na transição e ao longo do governo!

Associação Nacional de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campo de Públicas (ANEPECP)

Rede de Pesquisadores/as em Gestão Social (RGS)

Anpad – Divisão de Administração Pública

Sociedade Brasileira de Administração Pública (SBAP)

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS)

Pró Publica Brasil

Federação Nacional dos Estudantes do Campo de Públicas (FENECAP)

Rede Brasileira de Mulheres Cientistas (RBMC)

Ação Brasileira de Combate às Desigualdades (ABCD)

Rede Brasileira de Renda Básica (RBRB)

Ficamos a disposição para contatos pelo e-mail anepecp@gmail.com.

Brasília, 30 de novembro de 2022